

## Reserva legal

## Impactos à agropecuária paulista

José Sidnei Gonçalves\*  
Eduardo Pires Castanho Filho\*

**M**OTIVO de polêmica, o cumprimento da obrigatoriedade da manutenção da área de reserva legal é postergado desde a sua instituição pela Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, denominada Código Florestal.

Com a Lei Federal nº 7.803, de 18 de junho de 1989, foi introduzido o mecanismo de averbação, sem alterar os limites da reserva legal para a realidade paulista. Em 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.166-67 deu nova redação ao dispositivo jurídico original, sem alterar seus impactos proporcionais.

A não-aplicação dessa legislação decorreu diretamente de seus impactos na estrutura produtiva agropecuária nas unidades da federação com uso intensivo do solo, como o Estado de São Paulo, onde contribui de forma decisiva para a renda e o emprego.

Assim, com o recente Decreto nº 50.889, de 16 de junho de 2006, do Governo do Estado de São Paulo, torna-se relevante analisar os seus impactos sobre a estrutura produtiva da agropecuária paulista, em termos de renda e de pessoal ocupado no meio rural.

### Redução das lavouras

A primeira questão é dimensionar a redução das áreas de vegetação natural em uso pela agropecuária paulista nas últimas décadas. A soma das lavouras e das pastagens recuou na média do triênio 1969-1971 e 2002-2004. Houve uma retração horizontal da fronteira agropecuária paulista, com ocupação de menos terra. Os aumentos de produção decorreram da intensificação do uso do solo, com a alteração na composição de culturas (mais lavouras, menos pastagens), e pelo incremento de produtividade.

Em segundo lugar, na formação da renda bruta da agropecuária paulista em 2005, medida pelo valor da produção, quase 90% originam-se na agricultura. Essa renda, no conjunto das cadeias de produção da agricultura, multiplica-se de maneira significativa nas inúmeras atividades realizadas fora dos limites das propriedades rurais.

No uso do solo no Estado de São Paulo, a área agropecuária (lavouras, pas-

tagens e florestas econômicas) ocupa 76,2%, a de infra-estrutura 11,3% e com vegetação nativa 12,5%. A área das propriedades rurais corresponde a 88,71%, enquanto as áreas de vegetação nativa e pública participam, respectivamente, com 8,87% e 3,63%.

Na composição da área agropecuária paulista, a área plantada corresponde a 18,9 milhões de hectares, dos quais 10,1 milhões são ocupados com pastagem (53,4%) e 3,8 milhões de hectares (20,1%) receberam cana-de-açúcar (indústria mais forragem). As lavouras anuais e a mandioca somaram 2,8 milhões de hectares (14,8%), enquanto as lavouras perenes e as florestas econômicas possuem dimensão espacial similar de 1,1 milhão de hectares.

### Quem perde mais

Em termos de renda bruta, os impactos regionais do Decreto nº 50.889/2006 não são uniformes. As culturas apresentam diferentes rendas brutas por unidade de área. Regiões com lavouras terão maiores perdas de renda, em comparação às de pecuária.

Como a especialização local é uma das características da agropecuária paulista, uma pretensa diversificação, quando se avaliam as grandes regiões, esconde a concentração de lavouras no universo municipal e mesmo microrregional.

O Decreto nº 50.889/2006 define no Inciso I do Parágrafo 1º do artigo 6º que, mesmo na opção de compensação de manutenção ou recomposição da reserva legal pelo mesmo agropecuarista fora da propriedade rural, “a área apresentada para compensação deverá equivaler em

### O que diz o Decreto de SP

*“Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução e regeneração natural e compensação da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo”.*

**Parágrafo Único do Artigo 1º,** “para fins deste decreto, entende-se por Reserva Legal a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente fixada no Código Florestal, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas”.

**Artigo 2º,** “em cada imóvel rural deverá ser reservada área, de no mínimo 20% (vinte por cento) da propriedade ou posse, destinada à manutenção ou recomposição da reserva legal, com a finalidade de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

*extensão e importância ecológica à área a ser compensada, pertencer ao mesmo ecossistema e estar localizada na mesma bacia hidrográfica onde se localiza o imóvel cuja reserva legal será objeto de compensação”.*

Diante da dificuldade de compensar em função do grau de especialização regional, as agropecuárias regionais mais desenvolvidas acabam penalizadas, pois a concentração regional é uma característica do progresso técnico.

Da área ocupada pelas propriedades rurais paulistas 10,9% correspondem a áreas de preservação permanente e das unidades de conservação públicas, que cumprem os limites da reserva legal e das áreas de preservação permanente.

Em todo território paulista, seriam exigidos 4,4 milhões de hectares de reserva legal. Como da vegetação nativa existente nas propriedades rurais paulistas, apenas 700 mil hectares podem ser considerados no cumprimento do decreto, falta para recomposição 3,7 milhões de hectares. Esse número corresponde a toda área paulista ocupada pela cana para indústria, que em 3,7 milhões de hectares gerou renda bruta de R\$ 10,8 bilhões em 2005.

Aplicados na íntegra, os dispositivos do decreto implicariam a redução da área agropecuária paulista (lavouras, pastagens e florestas econômicas) dos atuais 18,9 milhões de hectares (85,9%) para 15,2 milhões de hectares (69,1%) no tempo determinado para a concretização da recomposição da reserva legal.

A área ambiental total nas propriedades rurais paulistas, após o cumprimento da referida decisão governamental, atingiria 6,8 milhões de hectares (30,9%). É uma superfície similar à soma de todas as lavouras anuais (soja, milho, feijão, arroz, etc), da mandioca e da cana, cujo total atingiu 6,8 milhões de hectares que resultaram em renda bruta anual de R\$ 15,9 bilhões, em 2005.

### Queda da renda

O valor médio da produção por unidade de área na agropecuária paulista em 2005

### Área agropecuária no Estado de São Paulo, em hectares

Uso do solo	1969-1971	1979-1981	1989-1991	1999-2001	2002-2004
Lavouras	5.554.899	6.088.705	6.267.992	6.227.776	6.711.670
Pastagens	11.862.786	11.307.015	10.580.448	10.362.707	10.164.251
Soma	17.417.685	17.395.720	16.848.440	16.590.483	16.875.921

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

### Renda agropecuária bruta, medida pelo valor da produção, Estado de São Paulo, 2005

Atividades econômicas	R\$ bilhões	%
Lavouras	21,3	67,19
Pecuária bovina (carne e leite)	5,4	17,03
Granjeiros (carne avícola, suínos e ovos)	3,2	10,09
Florestas econômicas	1,8	5,68
Renda agropecuária sem granjeiros	28,5	89,91
Receita agropecuária bruta total	31,7	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

### Uso do solo, Estado de São Paulo, 2005

Uso do solo	Milhões de ha	%
Área agropecuária	18,9	76,21
Unidades de conservação públicas (parques, reservas biológicas, etc)	0,9	3,63
Infra-estrutura (urbana, rodovias, lagos, represas e outras)	2,8	11,29
Área privada de vegetação nativa (app, reservas legais)	2,2	8,87
Cobertura vegetal nativa (áreas públicas e privadas)	3,1	12,50
Área das propriedades rurais (agropecuária mais veg. Nativa)	22,0	88,71
Área geográfica do estado	24,8	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

### Composição da área agropecuária, Estado de São Paulo, 2005

Atividades econômicas	Milhões de ha	%
Lavouras anuais e de mandioca	2,8	14,81
Lavouras perenes	1,1	5,82
Cana para indústria e para forragem	3,8	20,11
Pastagens	10,1	53,44
Florestas econômicas (pinus, eucaliptus e kiri)	1,1	5,82
Área agropecuária	18,9	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

foi de R\$ 1,5 mil por hectare, resultado da divisão da renda bruta da agropecuária paulista, sem incluir os produtos granjeiros (que não têm área plantada), de R\$ 28,5 bilhões, pela área agropecuária de 18,9 milhões de hectares.

A redução da renda agropecuária bruta paulista com a área adicional para cumprir a exigência de reserva legal, atingiria o montante de R\$ 5,6 bilhões, ou seja, uma variação negativa de 17,7% na renda setorial de 2005.

Já os custos da recomposição, aos preços vigentes em uma situação de pequena demanda (R\$ 4,0 mil por hectare), exigirão dispêndios totais dos agropecuaristas paulistas da ordem de R\$ 14,8 bilhões, o equivalente a 46,7% da renda bruta total.

Somados a perda de renda (R\$ 5,6 bilhões) com os custos da recomposição (R\$ 14,8 bilhões), os impactos do decreto governamental atingiriam R\$ 20,4 bilhões, ou seja, 64,4% da riqueza gerada pela agropecuária paulista em 2005.

Ao assumir o multiplicador da renda agropecuária para o conjunto da cadeia de produção da agricultura do estado (igual a R\$12,00 por unidade monetária gerada no campo), verifica-se que os efeitos totais na economia paulista alcançariam o expressivo valor de R\$ 67,0 bilhões. Esta cifra representa, no âmbito estadual, dobrar a carga tributária e o tamanho do orçamento público anual. Um ônus imposto à agricultura, que será arcada pelo agronegócios, que contribui com cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

No tocante ao pessoal ocupado, a perda de área agropecuária, mantida a mesma proporção média de pessoal por unidade de área da realidade atual, significa o expressivo contingente de 136,1 mil pessoas. Isto representa 19,6% do pessoal ocupado exclusive proprietários; ou seja, a perda do emprego de 1 pessoa em cada 5 que atualmente trabalham na agropecuária paulista como não-proprietários.

Em resumo, o cumprimento do que determina o Decreto nº 50.889/2006, no tocante à manutenção e recomposição da reserva legal para a agropecuária paulista, trará significativos impactos tanto econô-

### Recomposição do uso da área das propriedades rurais com base no Decreto nº 50.889/2006, Estado de São Paulo, 2005

Uso do solo	Milhões de ha	%
Unidade de conservação pública (parques, reservas biológicas, etc)	0,9	4,09
Área de preservação permanente (app) (0,7% das áreas das propriedades rurais)	1,5	6,82
Área de reserva legal existente (vegetação nativa privada menos app)	0,7	3,18
Área de reserva legal exigida (20% da área das propriedades rurais)	4,4	20,00
Área adicional de reserva legal exigida	3,7	16,82
Área ambiental total com cumprimento do decreto	6,8	30,91
Área agropecuária atual	18,9	85,91
Área agropecuária com decreto	15,2	69,09
Área das propriedades rurais	22,0	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

### Estimativa dos impactos do Decreto nº 50.889/2006 na renda bruta da agropecuária e dos agronegócios, Estado de São Paulo, 2005

Variável econômica	R\$ bilhões
Redução da renda agropecuária bruta	5,6
Custo de implantação do decreto (R\$ 4,0 mil/ha)	14,8
Impactos na renda bruta dos agronegócios (multiplicador igual a 12)	67,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

### Estimativa dos impactos do Decreto nº 50.889/2006 no pessoal ocupado na agropecuária, Estado de São Paulo, 2005

Tipo de ocupação	Mil pessoas	%
Proprietários	356,8	33,92
Pessoal ocupado exclusive proprietários	695,2	66,08
Perda de pessoal ocupado com decreto	136,1	12,94
Pessoal ocupado na agropecuária paulista	1.052,0	100,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

micos quanto sociais, com perda de competitividade, redução de renda e custos adicionais.

É imperioso verificar a consistência do limite mínimo de reserva legal, definido na Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Há que se analisar, de maneira prévia, a legislação, o percentual e as exigências praticadas em nível internacional. Há que se buscar outros mecanismos de promover a necessária recomposição de áreas naturais.

A preservação ambiental representa um elemento fundamental da qualidade

de vida, mas não pode obstar o desenvolvimento e o avanço da produção de riqueza, e deve ser objeto de decretos passíveis de cumprimento. As transformações econômicas que movem a história têm o condão de tornar letra morta a legislação inaplicável. Medidas dessa natureza são incapazes de garantir a existência desejável de áreas de reserva legal nas agropecuárias paulista e brasileira. ■

\* Pesquisadores do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.